

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Da Sra. IZA ARRUDA)

Requer a realização de audiência pública conjunta a ser realizada na Comissão de Educação e na Comissão de Saúde, para que seja debatido a importância da implementação e ampliação das políticas públicas para a inclusão social de pessoas com doença celíaca em ambientes de educação e de saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III e art. 255 e seguintes, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública conjunta na Comissão de Educação e na Comissão de Saúde, para que seja debatido a importância da implementação e ampliação das políticas públicas para a inclusão social de pessoas com doença celíaca em ambientes de educação e de saúde.

Para a discussão da matéria, sugiro que sejam convidados:

- **Renata Puppini Zandonadi** – Vice-Coordenadora da Pós-Graduação em Nutrição Humana da Universidade de Brasília com orientações e pesquisas em doença celíaca;
- **Alessandra dos Santos Domingues** – Gastroenterologista pediátrica do Hospital Universitário de Brasília, professora assistente da Universidade de Brasília e mestre em Ciências da Saúde com pesquisa em doença celíaca;



- **Ana Luísa Falcomer de Aguiar** – Professora, doutora com pesquisas sobre políticas públicas em doença celíaca;
- **Carolina Ribeiro** – Nutricionista, Servidora Pública da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal de Pernambuco com pesquisa sobre doença celíaca;
- Representante do Ministério da Educação;
- Representante do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

A doença celíaca é uma condição de saúde com insuficiente implementação de políticas públicas para a inclusão social e a segurança alimentar de pessoas com doença celíaca em ambientes educacionais e de saúde no Brasil.

A Doença Celíaca (DC) é uma enfermidade autoimune que exige uma dieta sem glúten rigorosa por toda a vida. Estima-se que 2 milhões de brasileiros sejam afetados por essa condição e 80% deles não tenham o diagnóstico. Embora a Lei nº 10.674/2003 obrigue a rotulagem de alimentos quanto à presença de glúten e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mencione a necessidade de atender a alunos com necessidades alimentares especiais, a garantia da inclusão social plena e segura de pessoas com DC em ambientes essenciais como escolas e unidades de saúde ainda representa um desafio no Brasil.

Em ambientes educacionais, crianças e adolescentes celíacos enfrentam barreiras que vão desde a falta de opções alimentares seguras e adequadas na merenda escolar até o risco de contaminação cruzada durante as refeições e atividades pedagógicas que envolvem alimentos. A desinformação por parte de educadores, funcionários e até mesmo colegas pode levar à exclusão social, constrangimento e riscos à saúde dos estudantes com doença celíaca.



No âmbito da saúde, o acesso ao diagnóstico precoce e preciso da DC no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é dificultado pela falta de preparo de alguns profissionais e pela carência de protocolos atualizados e amplamente difundidos. Pessoas com doença celíacas frequentemente peregrinam por diversos especialistas até obterem o diagnóstico correto. Além disso, a segurança alimentar em ambientes hospitalares, onde a dieta controlada é crucial para a recuperação e bem-estar dos pacientes, muitas vezes não considera as necessidades específicas das pacientes com doença celíaca, expondo-os a riscos de contaminação e comprometendo o tratamento.

A insuficiência de políticas públicas abrangentes e efetivas para a inclusão de pessoas com DC em educação e saúde gera impactos sociais, psicológicos e econômicos consideráveis. A dificuldade de acesso a alimentos seguros afeta a segurança alimentar de todas as pessoas com DC, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, investir na implementação e ampliação de políticas públicas para pessoas com doença celíaca trará melhoria na saúde pública do Brasil.

Diante desse cenário, a audiência pública tem como objetivo reunir especialistas em doença celíaca, representantes do Ministério da Educação e da Saúde, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, associações de apoio a pessoas com doença celíaca, conselhos de classe, parlamentares e demais atores da sociedade civil para debater caminhos viáveis para a criação e fortalecimento de políticas públicas inclusivas e efetivas. É imperativo que o poder legislativo federal promova este debate crucial para garantir que as pessoas com doença celíaca possam viver com dignidade, segurança e igualdade de oportunidades.

Sala da Comissão, em de de 2025.

**Deputada IZA ARRUDA
(MDB/PE)**

